



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

3. Controvérsias e Possibilidades na Relação entre História e Narrativa

Andreza S. C. Maynard[1]

Este artigo analisa a polêmica criada sobre a relação entre História e Narrativa a partir das provocações de Hayden White e o posicionamento de alguns historiadores sobre os novos contornos assumidos nessa relação. Baseado numa pesquisa bibliográfica, este trabalho apresenta os principais pontos de discordância dos historiadores sobre as opiniões de White, mas também reflete sobre os caminhos apontados como soluções para os desafios narrativos do século XXI.

Palavras-chave: História, narrativa, ficção.

Controversies and Opportunities on the Relationship Between History and Narrative

This article analyses the polemic about History and Narrative founded on Hayden White's provocation and the positioning of some historians have taken on new dimensions in this relationship. Based in a bibliographic research, this paper shows how historians disagreement about White's point of view, and also considered the ways mentioned as solutions to the challenges of the XXI century.

Keywords: History, narrative, fiction.

Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro.

Clarice Lispector

Nas últimas décadas têm-se discutido sobre a existência, ou não, de limites entre o trabalho de um literato e o de um historiador. A agitação no meio acadêmico, via de regra, gira em torno das opiniões de Hayden White sobre o tema e sua tentativa de “desmascarar” os que se dizem inspirados por Clio. Este artigo procura analisar a polêmica criada sobre a relação entre História e Narrativa a partir das provocações de White e o posicionamento de alguns historiadores sobre os novos contornos assumidos nessa relação.

Walter Benjamin tece duas considerações sobre História e Narrativa no texto “O Narrador” que parecem oportunas para iniciar a discussão proposta aqui. A primeira é que existe uma relação entre a experiência e a capacidade narrativa, e que a riqueza ou inferioridade de uma interfere na outra. Benjamin exemplifica afirmando que após 1945 os



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

combatentes voltavam mais pobres em experiência comunicável. A segunda consideração do autor mencionado é a de que a narrativa deve ultrapassar a informação, pois enquanto esta basta a si mesma e perde sua relevância após ser veiculada, a verdadeira narrativa estaria comprometida com a sobrevivência ao momento em que é contada, carregando a continuidade, a memorização e a não resolução de todos os problemas. A narrativa não explica tudo para deixar a realidade transparente.

Aparentemente a opção por deixar a narrativa em segundo plano não se restringiu aos ex-combatentes. Eric Hobsbawm afirma que após a Segunda Guerra Mundial os historiadores deixaram a narrativa de lado e elegeram um modelo de história que privilegiava a explicação socioeconômica e creditava às “forças sociais” a objetividade na história.

De acordo com esse ponto de vista, as circunstâncias socioeconômicas por si só dariam conta de explicar o comportamento dos homens em diferentes espaços e temporalidades. A história narrativa, definida por Lawrence Stone como “basicamente a ordenação cronológica do material em ‘um único relato coerente, embora com subenredos’ e uma concentração ‘no homem e não nas circunstâncias’” (HOBSBAWM, 1998, p.202), não era digna de crédito entre aqueles que se propunham a confeccionar um relato mais sério, objetivo e totalizante da história.

Explicar os “grandes porquês” a partir de um relato que desse conta das mudanças no passado, servia para que os historiadores se mantivessem longe do que fosse considerado subjetivo. Ao invés de usar o positivismo rankeano do século XIX que renunciava que a história estava nos documentos, e também para não cair na mera interpretação pessoal de cada historiador, o método mais seguro parecia ser então o de recorrer aos modelos explicativos que se valessem das forças sociais.

Qualquer tentativa de escrever história apenas pelo prazer de contar o que ocorreu estava, portanto, fadada ao fracasso. Não se tratava mais de registrar os fatos para que eles não se perdessem como quis Heródoto, mas de explicar porque eles ocorreram. A escrita desse tipo de história seguindo o padrão da investigação e da construção dos modelos explicativos deveria ser esquemática, direta, objetiva, mas nem por isso clara e simples de ser assimilada. O combate à história política factual e à narrativa tradicional se fazia nesses moldes. Segundo Lawrence Stone o fato das últimas décadas terem sido marcadas pelo renascimento da narrativa está relacionado às críticas que se faziam a esse modelo “de explicação histórica, freqüentemente criticado como reducionista e determinista” (BURKE, 1992, 332).



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

Essa mudança de perspectiva inquietou muitos historiadores, inclusive o próprio Stone. Sua insatisfação diante dessa transformação “do modo analítico para o descritivo” da escrita da história” (BURKE, 1992, p. 230) foi notada por Peter Burke, que não obstante à tristeza do historiador inglês, acredita que esse retorno da narrativa pode ser descrito como uma busca por formas de escrita que se adéquem melhor à história social e cultural. Os historiadores sociais mais tradicionais rejeitavam a narrativa, pois ela estava identificada com a história política tradicional, que se preocupava apenas com os grandes homens e suas realizações. No entanto, a narrativa retornou junto com uma preocupação em abordar pessoas comuns, suas impressões sobre o mundo e suas vidas particulares.

E a forma narrativa que se busca atualmente na historiografia nada tem haver com os “retratos” pintados por Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, que tornaram a realidade estática. Segundo Burke também não se trata de dar à história um enredo triunfalista, trágico ou nostálgico, mas de buscar uma narrativa que, reconhecendo as limitações e subjetividades próprias do fazer histórico, apresente a realidade descontínua a partir de diferentes pontos de vista. Essa mudança de perspectiva obrigou muitos historiadores a repensarem os limites de uma história escrita nesses moldes.

Ao refletir sobre os motivos que levaram ao retorno da história à narrativa e sobre as conseqüências dessa virada para a história contemporânea, Eric Hobsbawm menciona os trabalhos de Clifford Geertz, Carlo Ginzburg, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie e Edward P. Thompson. Hobsbawm se vale desses exemplos para explicar como os autores compatibilizaram os resultados de suas respectivas pesquisas às exigências de moldes renovados para a narrativa, apresentando as ligações entre as funções científicas e literárias.

Obras como as de Ginzburg, Duby e Thompson estabeleceram um novo padrão narrativo para os historiadores. O olhar diferenciado presente em suas obras marca também o retorno do historiador aos arquivos. Mais consciente e tranqüilo em relação à sua subjetividade, os historiadores têm respondido com mais segurança às provocações das reduções feitas pela linguist turn, que colocam o mundo social apenas enquanto jogos de linguagem. Nessa perspectiva Dominick LaCapra e Hayden White tem questionado os historiadores sobre o elemento ficcional na narrativa histórica

Hayden White, mais agressivo e polêmico, ataca os historiadores a partir de afirmações que desqualificam não apenas a originalidade da narrativa, mas principalmente o estatuto de ciência da história. De acordo com White, os recursos utilizados pelos historiadores para montar suas tramas não diferem das que servem à ficção.

O primeiro ataque de White reside no fato de que o registro histórico não dá conta de interpretar todos os dados. Ao pretender preencher as lacunas com suas interpretações, o



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

historiador estaria na verdade misturando eventos e explicando fatos inadequadamente. White aponta então dois problemas relacionados ao fazer historiográfico. Em primeiro lugar, os historiadores precisariam admitir que a descrição da realidade histórica perpassa as estruturas narrativas e portanto deve-se buscar formas narrativas modernas e mais atrativas ao leitor. E em segundo lugar, a historiografia utiliza um método questionável para os dias de hoje. A certeza de que a escrita da história pautada num método seguro conferia à história positivista um status de ciência que já não é possível de ser sustentada. Ao apontar as subjetividades envolvidas no trabalho do historiador, White pretende destituir a história do patamar de disciplina científica.

O mesmo autor questiona a objetividade do relato do historiador, já que a história se baseia na interpretação. E contra o mito da objetividade rankeana, White destaca, no século XIX, o papel que Hegel, Drysen, Nietzsche e Croce desempenharam na eleição da interpretação como a alma da historiografia. Valendo-se de citações de Nietzsche afirma que “o trabalho do historiador é inútil” (NIETZSCHE Apud WHITE, 2001, p. 68). Mas o ataque não para por aí. Partindo para a opinião de filósofos contemporâneos, White afirma que a interpretação não pode gerar conhecimento, pois é fruto de opinião. Já Claude Levi Strauss é evocado para pronunciar que a narrativa histórica é um “‘esquema fraudulento’ imposto pelo historiador a um corpo de material que só poderia ser chamado de ‘dados’ no sentido mais amplo do termo” (WHITE, 1995, p.71). White emprega Levi Strauss para afirmar que os fatos são construídos pelo historiador.

Entretanto isso que White considera como um problema grave tem sido aceito com tranquilidade pelos historiadores como algo inerente ao fazer histórico. Peter Burke acredita que os historiadores tem assumido o fato de que seu trabalho não reproduz exatamente o que aconteceu, “tanto quanto o representa de um ponto de vista particular” (BURKE, 1992, p. 337).

Hayden White se utiliza do exemplo do que ele chama de meta-historiadores (Hegel, Marx, Spengler e Tonybee) e dos opositores do modelo de história rankeano no século XIX (Hegel, Drysen, Nietzsche e Croce) para criticar os historiadores do século XX. Peter Burke pontua que Hayden White atraiu mais atenção que Siegfried Kracauer ao acusar os historiadores de não acompanharem as reflexões literárias atuais. Conforme o crítico literário, os historiadores não atentavam para o sentido de descontinuidade entre os acontecimentos e sua representação na narrativa. Neste ínterim os historiadores são acusados de continuarem vivendo no século XIX.



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

White expõe também sua idéia sobre o relativismo na história, já que segundo ele, cada um conta uma história diferente. Sendo assim, os historiadores precisam se convencer do caráter semi ou pseudocientífico da história. Todas as explicações causais dos historiadores são insatisfatórias.

No entanto é curioso que White não utilize qualquer exemplo de obra historiográfica contemporânea que incorresse no erro de continuarem adotando as tragédias da escrita do realismo histórico do século XIX. Nas décadas de 1960 e 1970 Thompson e Ginzburg já estavam publicando seus livros, e chamando atenção para o tipo novo de relação que estabeleciam com a narrativa.

Sem dúvida a obra de White contribuiu para que os historiadores se voltassem ainda mais para a necessidade de refletir sobre as fragilidades e limites da história. Hoje é comum a utilização de expressões como “construção do enredo” ou “a trama da história”, influência direta dos embates travados com White. No entanto suas críticas estão embasadas em pressupostos da crítica literária e da filosofia. O “cavaleiro defensor dos tropos” não dá importância a algo muito caro aos historiadores, a pesquisa, os dados. White generaliza sobre a prática dos historiadores do século XX a partir de historiadores e meta-historiadores do século XIX, filósofos e críticos literários, sem fazer referência à produção historiográfica da segunda metade do século XX.

Lloyde Kramer afirma que tanto White quanto LaCapra contestam as fronteiras que separam a história da literatura e da filosofia e sugerem que os historiadores dêem mais atenção às perspectivas crítico-literário vigente. O maior problema apontado por White e LaCapra é que a história mantém paradigmas científicos e literários do século XIX. O desafio lançado pelos dois foi o de que a história se abrisse a novas experiências. Sendo assim White poderia ter experimentado adotar o ponto de vista de um pesquisador.

O próprio LaCapra que concorda com White sobre o fato dos historiadores tenderem a simplificar a realidade, aponta que White ataca os pressupostos positivistas dos historiadores, mas apresenta o nível do discurso como determinante. E dessa forma, procura também uma base segura para explicar a realidade.

Kramer compara White a LaCapra e afirma que este supera o primeiro quando destaca “as contestações que desafiam tanto a aparente unidade do passado quanto a ordem aparente das narrativas históricas que o descreveram” (KRAMER, 1995, p. 80). LaCapra enfatiza as tendências conflitantes dos documentos e da escrita que desafiam a explicação coerente. Ele compreende a especificidade da narrativa histórica e chega a afirmar que “o passado tem suas



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

próprias ‘vozes’, e que estas precisam ser respeitadas” (KRAMER, 1995, p.139). Portanto a narrativa historiográfica tem um compromisso ético com o passado que necessariamente não envolve outros escritores. Peter Burke afirma que o problema de representar a narrativa histórica não se resume a imitar determinados escritores, uma vez que “o objetivo de buscarmos uma nova forma literária é certamente a consciência de que velhas formas são inadequadas aos nossos propósitos” (BURKE, 1992, p. 336).

Os debates acerca dos limites entre a história e a ficção ainda não estão bem definidos. E há muita resistência a admitir que o historiador faça escolhas. Na introdução do livro *O retorno de Martin Guerre*[2], a historiadora americana Natalie Zemon Davis afirma categoricamente que seu texto é uma invenção. No entanto a autora pontua que essa criação está baseada na “atenta escuta das vozes do passado” (DAVIS, 1987, p. 21). Infelizmente a advertência não surtiu o efeito desejado, pois muitos alunos e professores de história que se consideram mais ortodoxos simplesmente põem em dúvida a credibilidade do trabalho de Davis, chegando a descartar a leitura por considerá-la “mera literatura”.

A honestidade de Davis foi encarada como falta de compromisso da autora com a verdade, um atributo caro à história. Ao longo do texto, Davis complica-se ainda mais. Descrevendo o deslocamento de uma família camponesa pelo interior da França do século XVI, ela afirma que:

Os Daguerre devem ter visto comerciantes e mascates dirigindo-se a feiras e mercados locais, pastores conduzindo o gado ou o rebanho para as montanhas no verão ou trazendo-os às planícies de Tolouse e Pamiers para a invernoada, peregrinos em direção ao santuário sempre popular de Santiago de Compostela, jovens deixando suas aldeias pelas ruas de Tolouse ou alhures (DAVIS, 1987, p. 25).

Estaria Davis desavisada sobre a necessidade de ser fiel à descrição do passado? Definitivamente não é esse o caso. A suposição sobre o que a família Daguerre viu durante sua viagem no século XVI está mais assentada numa pesquisa cuidadosa sobre a dinâmica das estradas francesas e seus frequentadores, do que numa fantasia criada do nada pela historiadora para preencher espaços com sua fértil imaginação.

Outra característica do texto de Davis é a sua preocupação em mapear a “arraia miúda”, valendo-se da antropologia. Importava à autora saber sobre “as esperanças e sentimentos dos camponeses; as formas como vivenciaram a relação entre marido e mulher, entre pai e filho; as formas como vivenciaram as restrições e possibilidades de suas vidas” (DAVIS, 1987, p. 17). Portanto a autora deixa claro que não está se debruçando sobre figuras de uma elite, seja



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

ela econômica, política, social ou de qualquer ordem. Davis investiga o povo, ou mais precisamente “as culturas do povo”. Lembrando um romance, O retorno de Martin Guerre apresenta uma clara preocupação da autora em narrar, contar a história de um grupo, e não simplesmente apresentar os resultados de uma pesquisa.

Na busca por uma narrativa mais adequada ao historiador, são freqüentes as comparações com a escrita dos literatos. E embora os historiadores vejam com bons olhos a aproximação entre a história e a literatura, também fazem questão de acender as marcas que limitam as duas áreas. Um pouco dessa aproximação e distanciamento será discutida a partir da situação narrada a seguir.

Numa entrevista concedida durante a comemoração dos seus 80 anos, em 2007, Ariano Suassuna confessou seu encantamento face aos mentirosos. Questionado, o autor do “Auto da compadecida” revelou que entre os principais personagens, João Grilo e Chicó, se identificava muito mais com o segundo porque nunca teve a esperteza do primeiro, mas principalmente por achar maravilhosas as mentiras contadas por Chicó.

Esse personagem, aliás, foi inspirado na vida real. Ariano conta que um dia estava na feira de Taperoá (Paraíba) e pôde ver o povo se avolumar em torno de Chicó para ouvir um dos seus causos. Mas eis que nesse dia apareceu um “sujeitinho implicante” que disparou: “Isso não aconteceu desse jeito, porque eu estava lá e vi como ocorreu”. Indignado, o Chicó da vida real repreende o dono da verdade: “Muito bonito o que o senhor fez. Agora tá todo mundo constrangido. Eu tô constrangido e o povo também. Todo mundo sabe que eu minto”. Então Chicó perguntou aos presentes: “você preferem ouvir a história por mim ou por ele?” Ovationado por palmas, Chicó continuou sua narrativa e o homem desmoralizado por querer descrever os fatos como haviam ocorrido efetivamente foi obrigado a se retirar.

Ariano Suassuna não cometeu nenhum crime ao representar um homem real em sua escrita. Bem ao contrário, um dos netos de Chicó comunicou a Ariano sua alegria ao ver seu parente representado no auto de Ariano, que se tornou série de TV e depois filme. Os historiadores também representam pessoas reais em suas tramas. No entanto, Peter Burke alerta que o historiador “não pode inventar seus personagens” como também lhe é vetada a possibilidade de atribuir palavras, pensamentos, problemas que comprovadamente não tenham pertencido aos homens sobre os quais escreve. Enquanto Suassuna é livre para reinventar seu Chicó, o historiador precisa se contentar com o que as fontes documentais o autorizam a contar. Essa é a diferença básica entre o conhecimento que se dá por uma narrativa de um historiador e a de um literato.



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

E apesar das controversas afirmações de Hayden White de que o conhecimento histórico não é mais verdadeiro que um romance, é preciso lembrar que o conhecimento promovido pela narrativa historiográfica se move dentro do verossímil, pois como nos lembra Arnaldo Momigliano “o historiador não apenas deve dar um sentido aos eventos, mas deve também certificar-se de que tenha ocorrido mesmo um evento” (MOMIGLIANO Apud GINZBURG, 2002, p 61.).

White eliminou a busca da verdade como tarefa do historiador, no entanto Ginzburg e Momigliano sustentam que “encontrar a verdade ainda é o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores” (MOMIGLIANO Apud GINZBURG, 2002, p. 61).

Assim sendo, qualquer historiador poderia escrever sobre o Chicó real que contava mentiras na feira de Taperoá. A diferença é que Ariano Suassuna pôde colocar palavras na boca do Chicó transposto para as páginas sob a forma escrita. Além disso, Ariano pode inventar situações a serem vividas pelo personagem, liberdade esta que está vetada ao historiador.

Ora, não é impossível ao historiador aprender com as técnicas dos romancistas. Bem ao contrário, esse expediente tem se mostrado profícuo. Contudo imitar Tolstoi, Proust, Graciliano Ramos ou Ariano Suassuna não resolve todos os nossos problemas narrativos. Os historiadores precisam desenvolver “suas próprias ‘técnicas ficcionais’ para suas ‘obras factuais’” (BURKE, 1992, p. 341), pois como nos lembra Burke

É provável que os historiadores possam aprender algo, a partir das técnicas narrativas de romancistas como Tolstoi e Schimazaki Toson, mas não o bastante para resolver todos os seus problemas literários. Pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como freqüentemente o fizeram os romancistas ... desde *In Cold Blood* (1965) de Truman Capote, até *Schindler’s Ark* (1982) de Thomas Keneally, que declaram ‘usar a textura e os expedientes de um romance para contar uma história verdadeira’ (BURKE, 1992, p. 340).

Peter Burke acredita que um novo tipo de narrativa poderia fazer frente às demandas dos historiadores estruturais e apresentar um sentido melhor do fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises. Um exemplo dado por Burke é o trabalho do antropólogo Clifford Geertz e sua descrição densa. A partir das brigas de galo em Bali, Geertz descreve de maneira precisa e concreta as práticas particulares. Desta feita, Burke se propõe a discutir um tipo de narrativa densa o suficiente para lidar não apenas com a seqüência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições,



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

modos de pensar etc. – e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos. (BURKE, 1992, p. 339).

Segundo Burke, existem algumas respostas nessa busca dos historiadores. A primeira delas é a micro-narrativa, que se preocupa em contar a história de pessoas comuns, no local em que vivem. O livro “o retorno de Martin Guerre” de Natalie Davis é apontado como exemplo de um esforço para que a narrativa atendesse aos objetivos que se quis atingir com a pesquisa. Davis não estava preocupada em explicar estruturas, mas em descrever os sentimentos e experiências de vida dos homens e mulheres que viveram na França rural do século XVI. Contudo Burke adverte de que apesar do relativo sucesso da micro narrativa, ela não sana todos os problemas anteriores e implica em novas dificuldades, especialmente a de ligar os “detalhes locais às tendências gerais” (BURKE, 1992, p. 342 e 343).

A opção seguinte seria a de apresentar a narrativa numa seqüência de frente para trás e a partir de diferentes pontos de vista. Burke também adverte sobre os perigos de tal escolha, já que a alternância entre indivíduos, e entre períodos, tempo público e tempo privado podem confundir o leitor.

Outro método possível seria o de escrever a história de frente para trás. Nessa caso Burke pontua que não se pode compreender o que ocorre num capítulo sem ter lido o anterior e “o problema de que embora os capítulos sejam dispostos em ordem inversa, cada capítulo tem de ser lido para diante. A grande vantagem da experiência, por outro lado, é permitir, ou mesmo forçar o leitor a sentir a pressão do passado sobre os indivíduos e os grupos” (BURKE, 1992, p. 345).

O quarto tipo de narrativa está baseado no trabalho do antropólogo social Marshall Sahlins. Este considera, ao contrário de Braudel, que há uma relação dialética entre acontecimentos e estruturas. Para Sahlins essas duas esferas não são opostas, mas sim complementares.

Sendo assim, dentre as soluções mais criativas para o desafio da narrativa histórica, Burke aponta a micronarrativa, a narrativa de frente para trás, as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos e tempo público e privado, apresentando os mesmos acontecimentos a partir vários pontos de vista. E em cada um dos exemplos Burke ressaltou as inovações promovidas e os problemas que cada uma dessas escolhas acarreta. Com isso Burke não pretendeu oferecer a solução para todos os problemas, a receita do bolo, mas antes colocar os historiadores em estado de atenção. É preciso tomar cuidado ao escolher uma forma narrativa que seja adequada aos objetivos da pesquisa. E antes de tudo faz-se necessário repensar não o surgimento, ou ressurgimento da narrativa, mas qual é o seu lugar no trabalho do historiador.



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

Nessa busca pelo modelo de narrativa mais adequado, é pertinente lembrar das considerações de Benjamin de que a narrativa deve pretender mais do que simplesmente informar, pois é a maneira de comunicar que fará a diferença no momento de lembrar ou não de algo que se contou. Sem esquecer seu compromisso com os registros documentais de uma época passada, os historiadores têm assumido a obrigação de encontrar maneiras mais adequadas para comunicar-se com o presente. Assim a história não tem se furtado de assumir seu pertencimento ao gênero narrativo, de copiar o estilo dos literatos e mesmo de assumir a subjetividade inerente ao processo da escrita.

No entanto não se pode esquecer da finalidade da escrita historiográfica, pois como lembra Roger Chartier “a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado” (CHARTIER, 2002, p. 15). As críticas direcionadas à história obrigaram-na a repensar sua interdisciplinaridade e se redefinir conceitual e metodologicamente, o que só pode ter sido positivo, por mais inoportunas que as opiniões possam parecer às vezes. Sendo assim, é importante que os historiadores continuem a ouvir atentamente as vozes do passado, mas sem descuidar dos clamores do presente.

Notas

[1]Doutoranda em História UNESP/Assis. Bolsista CAPES. Membro do GET/UFS. E-mail: andreza_scruz@hotmail.com

[2] DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. O Narrador. In: Textos Escolhidos. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1983.

BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”, In: A escrita da História – novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 327 -348.

BURKE, Peter. O que é história cultural? 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GINZBURG, Carlo. Relações de Força: História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



Recebido:
Aprovado:
Publicado:

HOBBSAWM, Eric. “A volta da narrativa”, In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.201-206.

WHITE, Hayden. “A interpretação na história”, In: Trópicos do discurso. São Paulo: USP, 2001, p. 65-96.

KRAMER, Lloyd S. “Literatura crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”, In: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 131-173.